

Atualizando a Terceira Lei de Newton: ação e reação nos conflitos entre povo de terreiro e evangélicos fundamentalistas

Ozaias da Silva Rodrigues*

Patrício Carneiro Araújo**

Esse capítulo teve como origem algumas reflexões que emergiram a partir de uma pesquisa de mestrado, realizada entre os anos de 2018 e 2020, tendo como recorte geográfico a cidade de Fortaleza e sua região metropolitana. Discutiremos aqui os ataques¹ aos seguidores de Religiões de Matrizes Africanas e as reações a eles nas tensões cotidianas com o segmento evangélico. Entendemos, a partir do arcabouço teórico utilizado para aquela pesquisa e das entrevistas realizadas, que esses ataques ao povo de terreiro são expressão de uma forma bem específica de racismo religioso. As narrativas colhidas na pesquisa de campo remetem não somente aos conflitos, mas também aos diálogos possíveis na relação entre os dois grupos citados e às mobilizações empreendidas pelo povo de santo cearense².

* Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS – UFAM. Mestre em Antropologia pelo Programa Associado em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Pesquisa sobre candomblé, racismo religioso, relações étnicorraciais, pandemia e comunidades de remanescentes quilombolas no Ceará. Bolsista FAPEAM e membro do projeto de extensão Pandemias na Amazônia.

E-mail: ozaiasufc@gmail.com

** Pós-doutor em Antropologia Social pela UFRN. Doutor e Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pela PUC/SP. Professor de Antropologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Coordenador do “Tierno Bokar: núcleo de pesquisas e estudos sobre o fenômeno religioso” (Unilab/CNPq).

E-mail: patricionisoji@unilab.edu.br

¹ “O termo “ataque” está sendo usado aqui no sentido de uma investida pública de um grupo religioso contra outro. Certamente que as razões deste ataque se justificam, do ponto de vista de quem ataca, por convicções religiosas. Desse ponto de vista, o termo é visto como sinônimo de “evangelização”, “libertação” etc. [...] Do ponto de vista dos grupos afro-religiosos, obviamente o ataque possui inúmeros outros significados, sendo visto como sinônimo de “intolerância religiosa”, “preconceito”, “discriminação” etc.” (SILVA, 2015, p. 9). Acrescentamos que, atualmente, esses ataques são vistos também como racismo religioso.

² Ao longo deste artigo nos utilizaremos das expressões “povo de terreiro”, “afrorreligiosos” e “povo de santo” como sinônimos de seguidores das mais variadas expressões das religiões afro-brasileiras ou de matrizes africanas.

Ao longo da pesquisa foram realizadas treze entrevistas com adeptos do Candomblé, sendo o(a)s interlocutore(a)s dos mais variados cargos, funções, idade e escolaridade. Aqui destacamos duas perguntas que foram feitas nas entrevistas: como é a convivência/relação dos membros do terreiro com o seu entorno, com a comunidade em volta? Com quais conceitos você define os ataques que os candomblecistas sofrem? A partir das respostas as essas perguntas foi-se costurando as percepções dos interlocutores acerca do assunto. Por mais que a pesquisa tenha focado no Candomblé, as considerações feitas podem abarcar as outras expressões como a Umbanda e a Jurema; quando não for o caso, será especificado no texto.

A referência do título do artigo à terceira Lei de Newton se relaciona com a sua concepção básica: como a lei da ação e reação. Nessa concepção da lei de ‘ação e reação’ um objeto A exerce uma força sobre um objeto B e este por sua vez, exerce uma força sobre o objeto A. Logo, há uma relação na qual os dois objetos, mutuamente, se estimulam para que o outro saia do local onde está, para que se desloque. No ideal dessa lei de Newton, as forças são proporcionais, mas isso deve ser apanágio da natureza, porque as “leis” humanas são permeadas de assimetrias e desigualdades. Essa é a metáfora que temos em mente ao discutir as ações e reações nos conflitos entre o povo de santo e o segmento fundamentalista dos evangélicos.

Na relação com a sociedade mais abrangente a legitimidade e a influência social que os dois grupos possuem são bem desiguais. Assim, apontamos no artigo as relações conflituosas, com foco nas ações e reações nesses conflitos, porém essas relações podem assumir formas de diálogos que se estabelecem entre esses dois grupos sociais³. Dessa forma, entendemos que ambos exercem algum tipo de força ou influência sobre o outro, pois os conflitos geram deslocamentos das mais variadas dimensões.

No caso das religiões afro-brasileiras, para reagirem aos ataques que sofrem, sobretudo de neopentecostais fundamentalistas, essas expressões religiosas têm constituído alianças com os mais diversos atores sociais. É o que aponta Silva (2015, p. 24) ao escrever:

[...] ainda que incipiente, a união de religiosos afro-brasileiros, movimento negro, ONGs, acadêmicos, pesquisadores, políticos, advogados, promotores públicos, entre outros, parece apostar mais uma vez na capacidade de resistência e reação dessas religiões contra um assédio proporcionalmente

³ Falamos de diálogo tendo em vista os depoimentos colhidos sobre diálogos efetivos que foram narrados pelo(a)s interlocutore(a)s da pesquisa e que o(a)s surpreenderam positivamente. Casos em que a religiosidade de terreiro não foi demonizada, mas acolhida, compreendida. Em Rodrigues (2021b) esses episódios excepcionais de diálogo são chamados de “surpresas do cotidiano”.

muito mais eficaz e, a julgar por seu estado atual e crescimento numérico, duradouro.

Essa união de diversos atores sociais em defesa das religiões afro-brasileiras tem se mostrado necessária para a sobrevivência das mesmas, uma vez que os que as atacam não dão trégua e contemporaneamente têm tido uma grande influência política, social, jurídica e econômica maior do que as religiões afro-brasileiras, como aponta Oro (2015). Além de discutir as questões apontadas, nesse capítulo teorizaremos minimamente sobre os conceitos de racismo religioso e intolerância, baseando-nos em Nascimento (2014; 2016) e Calundu (2018) e trazendo as narrativas dos interlocutores durante a pesquisa sobre os casos de racismo religioso que sofrem no dia a dia.

Racismo religioso e intolerância: é verdade que os macumbeiros não reagem?

Há muitos coletivos - movimentos sociais ou grupos de pesquisa acadêmica - ligados à cultura negra brasileira que, contemporaneamente têm falado em racismo quando analisam os ataques às religiões afro-brasileiras. Essa perspectiva está relacionada ao fato desses agentes perceberem nessas formas de violência com motivação religiosa uma ação/atualização do racismo. É o caso, por exemplo, da Revista Calundu - publicação do Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-brasileiras, da UnB - que lançou um número temático (dossiê) acerca do conceito de racismo religioso. O Dossiê, no entanto, ainda aponta a convivência dessa expressão com os termos "intolerância" e "discriminação religiosa" (CALUNDU, 2018). Nesse sentido, é importante apontar o protagonismo de afrorreligiosos nas análises dos casos de racismo religioso e intolerância, bem como na produção acadêmica acerca dessas religiões. Ocupar o espaço universitário e trazer a perspectiva de terreiro para o conhecimento acadêmico tem sido uma estratégia importante dos afrorreligiosos na afirmação e defesa de sua identidade religiosa.

Na Apresentação do dossiê citado, os autores indicam também o quanto o cenário político influencia no recrudescimento dos ataques, tendo em vista a fragilidade crescente de políticas governamentais voltadas para o combate ao racismo e suas consequências. Nesse sentido, os autores apontam na Apresentação que o governo federal atual se veste de um discurso religioso para se legitimar e não está interessado no combate à intolerância/racismo religioso. Portanto, perceber os ataques às religiões afro-brasileiras num dado contexto político-social é importante para compreender bem os sentidos dos mesmos.

Ainda na Apresentação do referido dossiê (CALUNDU, 2018, p. 2), intitulado *Discriminação, Intolerância e Racismo Religioso*, são identificadas duas dimensões do racismo religioso:

[...] o racismo religioso contra religiões afro-brasileiras é um processo facilmente percebido por duas vias. A primeira, quando são observados ataques diretos a praticantes de religiões como Umbanda, Candomblé e Tambor de Mina, dentre outras, que veem seus terreiros serem incendiados, suas/seus integrantes apedrejadas/os em vias públicas, etc. Esses atos estão diretamente ligados ao ódio contra essas religiões, que se diferenciam em práticas e crenças da matriz religiosa mais popular do Brasil. A segunda via em que o racismo religioso comumente se apresenta contra religiões afro-brasileiras está relacionada, justamente, com o fato de que essas religiões estão associadas com uma matriz geográfica africana, com uma racialidade negra. Não são todas as religiões não hegemônicas aquelas que veem adeptas e adeptos serem violentadas/os. [...] Não são todas que são satanizadas e atacadas como práticas de magia para o mal – não coincidentemente chamada de magia negra. Pelo contrário, isso ocorre exclusivamente contra a afrorreligiosidade e suas manifestações em solo brasileiro. O ódio não é, portanto, contra religiosidade discrepantes, mas contra religiões afro-orientadas.

Vemos que a segunda via, o ódio a uma religiosidade afro-orientada, é precisamente o que justifica a primeira via, ou pode-se dizer que são dimensões complementares do racismo religioso. Partindo disso, citamos Nascimento (2016) que traz a noção de que os terreiros são reconstruções culturais de povos africanos e é essa reconstrução cultural que o racismo religioso tenta destruir a todo custo. Em artigo publicado em 2016, Nascimento faz essa ideia ressoar ao longo de todo o artigo, intitulado *Intolerância ou Racismo?* Há uma ênfase dessa noção por parte do autor ao afirmar:

[...] E um dos primeiros gestos do racismo religioso é reduzir toda a complexidade dos modos de vida africanos que se mantêm e se reorganizam nesses povos e comunidades a um caráter religioso, como se apenas fizessemos rituais. Também fazemos rituais, mas não é só isso! Simplificar toda uma matriz cultural a uma prática religiosa é construir uma “desculpa” para ocultar o racismo como ação política e deslocar a questão para o campo da “verdade” das disputas religiosas entre crenças hegemônicas e crenças inferiorizadas, atrasadas, falsas e etc. (NASCIMENTO, 2016, p. 1).

Dessa forma, o autor rechaça as tentativas que focam apenas no critério religioso para escamotear o racismo que subjaz nos ataques. É preciso dizer que não se trata apenas de uma religiosidade, mas de uma religiosidade racializada negativamente e que

ainda hoje é enxergada dessa forma. É preciso que o verdadeiro crime, o racismo, venha à tona e é isso que o conceito de racismo religioso aponta.

Também é possível enxergar a intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras enquanto uma dimensão do racismo, como alguns pesquisadores como Araújo (2017) e Silva Jr. (2015) afirmam e defendem. Reforçando isso, Oro (2015) ao falar da intolerância contra as religiões afro-gaúchas, cita o Seminário Nacional em Defesa das Religiões Afro-brasileiras que: “[...] ocorreu na forma de mesas redondas. O babalorixá Diba de Iemanjá, vice-presidente da CDRAB, sustentou que a intolerância religiosa consiste numa forma de racismo. Disse ele: “O racismo faz parte da intolerância religiosa que a gente enfrenta, tanto da Igreja Católica como das igrejas neopentecostais” (ORO, 2015, p. 60).

Tendo isso em vista, podemos chamar essa intolerância religiosa, que é fruto do racismo, de *racismo religioso*. Isso porque, além da dimensão das disputas religiosas por uma verdade única e universal, como sugeriu Nascimento (2016), também há uma racialização dos grupos religiosos que estão envolvidos nessas disputas. Isso se coaduna com o fato de: 1) a maioria dos interlocutores da pesquisa defender o conceito de racismo religioso como o mais apropriado para tratar dos ataques; 2) em grande parte eles têm a compreensão de que as religiões afro-brasileiras ainda são racializadas negativamente (enegrecimento), diferente da racialização positiva (embranquecimento) pela qual o cristianismo passou. Porém, mesmo entre o(a)s interlocutore(a)s a categoria intolerância religiosa ainda é utilizada, seja de forma isolada ou ao lado de “racismo religioso”, para nomear os ataques.

Algo que é preciso destacar nos conflitos com o segmento fundamentalista evangélico é a reação dos afrorreligiosos. Análise interessante sobre a mobilização contra a intolerância e o racismo religioso faz Miranda (2021a), que trata da intolerância religiosa enquanto um problema público, de abrangência nacional, e escreve que:

As estratégias de visibilidade e demandas por meio de denúncias na mídia e pleitos ao poder público fizeram emergir um novo ator – os afrorreligiosos, que criticam a administração institucional destes conflitos e lutam por outras formas de mobilizações e reconhecimento de direitos no espaço público. [...] O fenômeno até então concebido com um problema social, isto é, um conflito em relação aos valores, às crenças, aos costumes, tem se tornado progressivamente um problema público, que demanda um tratamento especializado por parte dos poderes públicos, instituições e movimentos sociais. Tal situação nos fez questionar uma premissa difundida, pelo senso comum e por pesquisadores, acerca de uma “falta” de organização política dos terreiros, marcada por um olhar excessivamente externo ao cotidiano dos terreiros e uma visão limitada do que é “fazer política” (MIRANDA, 2021a, p. 1-2).

Miranda (2021a) chama a atenção aqui para um ponto importante: o olhar externo, de quem pouco convive com o povo de santo, pode distorcer a realidade, pressupondo que o mesmo não se mobiliza contra os ataques sofridos. Um trabalho de campo constante e íntimo, por exemplo, nos possibilita apreender melhor a realidade dos interlocutores e o contrário disso, nos faz cair em armadilhas. Vê-se então que aos afroreligiosos não cabe a inatividade, a não-reação, pois eles empreendem justamente diversas reações e quando se está por dentro, ou se é de dentro, essa mobilização é mais fácil de ser compreendida e identificada. Nesse sentido, a experiência possibilitada pela pesquisa com os povos de terreiro cearenses, a partir do Coletivo Cultural de Matriz Africana IBILÉ⁴, prova que: longe de apenas receberem os mais diversos ataques, eles reagem de formas variadas, seja pressionando autoridades, fazendo manifestações, ofertando cursos, acionando o judiciário, etc.

Ao povo de axé nunca coube a passividade, a inércia. Assim, as inúmeras iniciativas e reações⁵ do povo de santo a nível nacional, citadas por Deus (2020), chegam a impressionar. Não é pouco o esforço que os afroreligiosos empreendem em sua militância social. Neves (2020, p. 74) corrobora com esse argumento ao afirmar que:

[...] ainda que passados os anos e sob vigência da Constituição de 1988, reconhecida como democrática, os terreiros de religião de matriz africana e afro-indígena permanecem sob o desafio de lidar cotidianamente com o racismo vigente na sociedade brasileira. Sob esse prisma, percebem-se obrigados a forjar mecanismos de autodefesa e, simultaneamente, a promover a apropriação dos mecanismos desencadeados pelo Estado, como uma das estratégias de enfrentamento dos genocídios negro e indígena, os quais alcançam de maneira incisiva as formas tradicionais de existência desses sujeitos [...].

Desse modo, os povos de terreiro se apropriaram da linguagem e dos mecanismos do mesmo Estado que sempre os oprimiu. A Constituição Cidadã serviu pelo menos para que essa reviravolta ocorresse e o povo de axé pudesse se preparar melhor para lutar contra o racismo religioso. Interessante notar que a autora coloca os ataques aos terreiros como parte daquilo que a militância social chama de genocídio do povo negro e dos povos indígenas. A própria existência das religiões afro-brasileiras, mesmo com

⁴ É um coletivo cultural que agrega povos de terreiro em 19 cidades do Ceará, criado em 2014. O Coletivo busca um diálogo entre esses povos na proposição de políticas públicas voltadas para eles, além de se constituir como uma rede de apoio, solidariedade e de ação/reação contra a intolerância e o racismo religioso. A expressão “matriz africana” no nome do Coletivo indica uma herança, ancestral-geográfica, africana, entendendo o terreiro como descendente direto dessa herança; por isso há a afirmação de que são povos de matriz africana.

⁵ O recorte geográfico dessas iniciativas e reações citadas por Deus (2020) é nacional.

todas as suas dificuldades, estratégias e adaptações, é uma reação direta ao racismo religioso, pois ele não foi capaz de aniquilá-las.

Premissa semelhante defende Marilene de Paula em Apresentação do *Caderno Religião e Política* (DEUS, 2020, p. 5). Ela afirma que:

Atacados por grupos religiosos cristãos fundamentalistas, mães e pais de santo, filhos e filhas das comunidades de terreiro, hoje se articulam em um sem número de organizações, comunidades e movimentos que lutam por respeito e garantia de seus direitos. O racismo, em sua versão religiosa, fez aumentar o número de casos de violência contra terreiros, centros e roças de candomblé e umbanda ao longo do território brasileiro. A resposta também está sendo dada, a partir de iniciativas das mais variadas [...] Protagonista de sua história, o povo de santo, vem resistindo às tentativas de demonização, ao desrespeito, violências simbólicas, físicas e psicológicas.

As experiências vividas durante a pesquisa em Fortaleza e região metropolitana comprovam isso: inúmeros eram os eventos, palestras, mini-cursos, audiências públicas, manifestações e reuniões com autoridades políticas que o povo de axé articulava a fim de lutarem por seus direitos. Exemplos dessas mobilizações e reações podem ser consultados em Rodrigues (2021a). As iniciativas levadas a cabo pelo Coletivo IBILÉ atuam diretamente nesse sentido, tanto de reação, quanto de proposição de ações e políticas públicas que os resguardem. No período de realização da pesquisa eram tantas as mobilizações desse Coletivo que houve ocasiões em que não foi possível participar delas. Toda semana chegavam convites dos mais variados para atividades aonde o povo de santo estava presente e reivindicando respeito.

Cabe aqui uma digressão para apontar que no contexto atual, de ataques às religiões afro-brasileiras em nível nacional, é interessante que a coordenação de um evento tão importante como a Reunião Equatorial de Antropologia (REA) tenha se manifestado, em 2019, acerca do assunto. Essa manifestação se deu por meio de uma *Moção de repúdio ao Racismo Religioso no Brasil – REA – ABA*⁶. A Moção tem o seguinte conteúdo:

Moção de Repúdio ao Racismo Religioso no Brasil:
Em painel sobre o Racismo Religioso no Brasil, que teve lugar na 6ª Reunião Equatorial de Antropologia, compuseram a mesa antropólogos e representantes

⁶ Link da publicação:

<https://www.facebook.com/sextarea/posts/1018400691862053?comment_id=1018524248516364&no_tif_id=1577658694034088¬if_t=comment_mention>. Acesso em: 27 dez. 2021.

do povo de santo que expuseram com detalhes a situação crítica vivida por adeptos das religiões de matriz africana em todo o Brasil, objeto de uma perseguição sistemática e violenta por parte de fanáticos ligados a igrejas neopentecostais. Nessas falas e em testemunhos dados pelo público presente ao referido painel ficaram evidenciados os múltiplos ataques às comunidades de terreiro [...] que vai da difamação, do achincalhe e do insulto gratuito a agressões físicas, chegando a assassinatos, tortura, flagelação, espancamento, depredação e incêndio de templos, com destruição de símbolos sagrados, sem falar de criação de óbices à realização de cerimônias religiosas.

Destacou-se a aliança perversa entre narcotraficantes e pastores da mesma casta, aliança esta que tem resultado na formação de facções criminosas como os Bandidos de Cristo e o Bonde de Jesus, no Rio de Janeiro, por exemplo, assim como tem suscitado, em diversos Estados da Federação iniciativas de bandidos que se declaram evangélicos e se empenham em brutalizar pessoas e comunidades ligadas aos ritos afro-brasileiros e ameríndios em nome de suas supostas convicções religiosas. [...] Foram evocados os registros feitos por diversas agências, em nível federal, estadual e municipal, mostrando o aumento significativo dessas ocorrências nos últimos anos, em todo o país, fato que confirmam estudos antropológicos e levantamentos diversos. [...] Em face dessas constatações, os participantes da 6ª REA decidiram, por deliberação unânime dos presentes, encaminhar às autoridades esta moção e torná-la pública [...].

Salvador, 12 de dezembro de 2019

Participantes da 6ª Reunião Equatorial de Antropologia

Assim, a classe do(a)s antropólogo(a)s, desde o início dos anos 2000, analisa cada vez mais a intolerância e o racismo religioso e, mais importante, se posiciona contra os mesmos, se constituindo enquanto aliados dos segmentos que sofrem com esse problema, sendo muitas vezes ele(a)s mesmo(a)s pessoas de axé. Isso se relaciona também com o próprio código de ética dos profissionais de Antropologia e com a história da Associação dessa classe. Logo, o povo de santo já ocupa um lugar considerável dentro dos muros da universidade, seja como discente ou docente, e no campo das ciências sociais no Brasil e isso estimula reações como essas contra o racismo religioso.

Diálogos, reações e conflitos possíveis

A criatividade que permitiu a existência das religiões afro-brasileiras é enfatizada na literatura acadêmica que trata dos ataques a elas, como é o caso de Dias (2019), que fala em uma adaptação criativa das mesmas e da cultura afro-diaspórica como um todo. Na literatura acadêmica acerca desses conflitos há narrativas que reconhecem o protagonismo das religiões afro-brasileiras em termos de reação, mas também há aquelas que as colocam apenas como vítimas. Porém, como a realidade é mais dinâmica e complexa que a teoria, há seguidores dessas religiões que fogem a essa “regra de

vítimas”⁷. De forma geral, os relatos coletados na pesquisa feita no Ceará apontam uma convergência para casos diários nos quais as ofensas racistas e intolerantes giram em torno da pecha de “macumbeiro”. O fato dessa palavra, historicamente ofensiva e pejorativa, ter sido apropriada e positivada pelos próprios afroreligiosos já é uma das reações ao racismo religioso.

Babá Cleudo é um exemplo desses afroreligiosos que fogem à regra de meras vítimas. Ele é um dos babalorixás mais antigos e conhecidos do candomblé cearense. Babá Cleudo conta que se dá muito bem com a vizinhança em torno do seu terreiro, mas isso é fruto de uma construção de respeito em torno de si. Este sacerdote vive num município da região metropolitana de Fortaleza e aponta o caminho para essa construção de respeito com a vizinhança:

Eu tenho que ter o valor e o diálogo. O diálogo com a comunidade eu tenho que ter muito mais do que os outros e esse diálogo ele é interessante. Logo que eu cheguei, um dos pastores que moravam aqui atrás, que até já saiu, passou e disse para gente que foi da Umbanda, mas que Umbanda não dava dinheiro e eu fiquei calado e ele disse: “Vamo fazer um trato? Nós dois. Eu não falo mal de você e você não fala mal da minha igreja e nós dois falamos mal do Papa, do padre”. Ele nem mora mais aqui, ele deve ter se mudado e eu fiquei impressionado e disse: “Não tenho interesse em falar do pastor, não tenho interesse em falar do padre e nem de outro pai de santo. A função do candomblé não é nem essa” (Diálogo realizado em: 08 maio. 2019, grifos nossos).

Aqui ele coloca o diálogo como um elemento importante para que as relações com a vizinhança sejam as melhores possíveis. Além disso, ele estabelece princípios básicos, nesse diálogo, para a convivência com um representante de outro segmento religioso. Convicto de sua identidade religiosa, ele informa ao pastor o que é e o que não é o Candomblé. Mais adiante na conversa ele confirma que formar redes de amizades e parcerias é essencial para a perpetuação do Candomblé. Uma das formas de estabelecer essas redes é através da cooperação cotidiana, que gera um sentimento de confiança entre os atores religiosos envolvidos nela.

Muitas vezes essa confiança se estabelece ao redor da mesa, onde são postos, por exemplo, um bolo e uma garrafa de café, como ele citou em entrevista. Nesse sentido, Babá Cleudo explica como a comida é um elemento fundamental para estabelecer

⁷ A partir das palavras de Deus (2020, p. 7) é possível afirmar que os terreiros são mais do que espaços atravessados pela violência do racismo religioso, ou apenas vítimas dele. Segundo este autor, mesmo convivendo com a possibilidade de destruição de seus saberes, territórios e valores, os terreiros são possibilidades de existência, de continuidade da luta antirracista e da vida afrocentrada.

comunhão entre as pessoas, mesmo sendo de diferentes religiões. Quando questionado como era o relacionamento com a vizinhança ele disse:

É excelente, muito bom com todos. Muito boa, mas essa construção ela envolve a mesa, a comida. Eu recebi cestas básicas do governo, aí dava cestas básicas, eu dava para a minha comunidade. Eu recebo bolo, pego galinha e dou galinha... é assim, tem uma relação de, eles sabem que se precisar podem contar comigo. Eu tinha muita cadeira pegava as cadeiras e emprestava. Tem a coisa das mulheres, das senhoras da igreja. Quantas vezes eu já emprestei minhas cadeiras para lá; mesa, panela... essa relação você constrói... a minha vizinhança, todo esse lado aqui é evangélico. A minha vizinha, a nora do pastor, vem aqui, vai na geladeira, faz café e essa relação depende de você, mas essa construção é respeitar os horários também. Meu candomblé começa cinco horas [17: 00] e termina às dez [22: 00] e você procura sempre ajudar. É olhar pro pastor e dizer: “Aí, pastor, como é?”, é criar uma relação, “O que é que o senhor acha? O que é que tá precisando aqui?” Vamo unir... Tem que ser uma relação de confiança e de conversa. Eles entenderam que aqui é um lugar tão útil como uma bodega. A mulher que vende din-din é útil, o cara que faz macumba é útil, porque o cara que faz macumba trouxe calçamento, trouxe a luz do poste também, aí é outra coisa. Se você criar uma noção de coletividade não tem preconceito (Diálogo realizado em: 08 maio. 2019, grifos nossos).

Vemos que a solidariedade, posta em prática no cotidiano, é um elemento decisivo na construção de uma boa relação com a vizinhança. Muitos terreiros fazem isso: ofertam comida, serviços e acolhimento. Babá Cleudo é um exemplo de alguém que preza pelo diálogo inter-religioso e que o constrói a partir da estratégia de ‘utilidade’ que o terreiro tem para a vizinhança, como ele afirmou. Reforçando isso ele ainda comenta que:

O Leno veio e os netos do pastor tomavam benção ao Leno, porque eles já viram o Leno várias vezes e acaba criando amizade. A irmã que eu chamo, a ekedi Bibia, ela é aí da igreja. Ela vem, aí a irmã faz minhas unhas, chega aqui se tiver só ela diz: “Vou fazer o almoço”, aí ela leva pro pastor Gilson sem nenhum problema. O terreiro de candomblé nunca foi lugar de exclusão. O segredo é sempre diálogo. Eles preferem não vir para as festas, mas como eu não tenho bebida, meia hora depois, quarenta minutos, quando todo mundo saiu, os convidados, aí eles entram; o portão tá aberto ainda, aí eles entram. Ainda tem a comida, sentam ali. Também, o que é que eles fazem? Lavam louça comigo, lavam louça que os outros comeram, mas vão comer tudo junto. E como eles moram aqui pode ficar até uma hora da manhã, só a gente conversando e tomando café. Esse é o segredo. Conversar, sem ter medo. Se um dia eu fizer uma festa até três horas da manhã, eu posso fazer, eu vou juntar os vizinhos, um a um: “Eu tô fazendo uma festa que vai até as três da manhã. Posso?” Há um diálogo... (Diálogo realizado em: 08 maio. 2019, grifos nossos).

O mais interessante aqui é a consciência que ele tem do segredo que faz com que ele tenha boas relações com a vizinhança: conversar sem ter medo. Chega a impressionar o relato de Babá Cleudo quando comparamos com outros cenários e realidades pelo país afora. Ao mesmo tempo em que se percebe que ele se empenhou bastante, não tendo medo de conversar, como ele disse, sabe-se que o caso dele não é comum como gostaríamos que fosse. Infelizmente, isso não o eximiu de sofrer com o racismo e intolerância de outros vizinhos, como confidenciou em outra ocasião. Mas o diálogo está posto e isso possibilita que uma rede de apoio e solidariedade seja construída em volta, e a partir, do terreiro.

Mesmo que essa relação dialógica não seja absoluta, pois há vizinhos com os quais ele já teve problemas sérios, o importante é indicar o produto final desse esforço: o respeito da vizinhança torna o entorno do terreiro um lugar mais acolhedor. O relato de Babá Cleudo indica que as relações entre afroreligiosos e evangélicos nem sempre são tensas ou conflituosas, apesar de a regra ser essa, mas que pode haver parcerias e amizade entre essas partes, como ele nos ensina. Há dessa forma, um deslocamento sobre as possibilidades de relação entre esses segmentos religiosos: ambos se repensam e se deslocam quando se relacionam.

Em uma conversa com outro interlocutor da pesquisa, o ogã Leno Farias, que foi um interlocutor chave para as relações estabelecidas em campo, foi perguntado a ele sobre as reações dos candomblecistas no Ceará aos ataques e ele assim se expressou:

Essa reação foi proporcional. A gente se constituiu politicamente, não enquanto partido. [...] E aí a gente começou a constituir grupos como o IBILÉ, como a ACBANTU, que fomenta formação, formação político-social. Não é formação política partidária e essa formação político-social é de garantia de direitos e de preservação de seus direitos. Garantia num viés de, o que a gente avançou, o que a gente conseguiu, a gente perpetuar. E formação para que as pessoas de terreiro entendam primeiro, que não é só religião. Que aquilo não é só religião. Até entre a gente há essa falta de informação: “Ah, eu sou da religião”. É, mas é muito mais do que isso. Quando a gente começar a explicar pra eles, eles começam a refletir e pensar: “É, é isso mesmo...” é muito mais do que só religião. E aí o povo desconhece seus direitos. Se você desconhece seus direitos você pode ser atacado. Você desconhece, você acha que o que eles estão fazendo é certo: “Eu não tenho direito mesmo, vou ficar calado se não eles vêm aqui e fecha o meu terreiro”. Que a própria polícia vem e diz: “Você não pode”. Fecha, leva instrumento, leva o que tiver por ali. Às vezes leva até o dono da casa preso. [...] Esses casos chegam pra gente, ligam pra nós e a gente manda fazer B.O. e tal... Aqui no Ceará não tem um Observatório (Diálogo realizado em: 11 jul. 2019, grifos nossos).

Em sua fala Leno ressalta basicamente duas coisas: a primeira, que eles, povo de axé, estão se entendendo como povo, ou seja, como algo que vai além da religião em si e constroem ações, iniciativas e coletivos para defender seus direitos enquanto povos tradicionais de matrizes africanas. Na esteira disso, também promovem formações que visam o empoderamento do povo de santo. A segunda: que eles mesmos conversam entre si e se ajudam na hora de orientar as respostas aos ataques; isso é muito comum. Como ele mesmo explicou, as notícias de ataques chegam para ele através de ligação, ou por Whats App, e assim ele orienta o melhor a se fazer. Há um compartilhamento constante de informações e estratégias que ajudam na reação aos ataques.

Já um outro interlocutor, Pai Domingos, apontou algo que “fugiu do padrão” ou daquilo que é mais comum ouvir dos interlocutores. Ao ser questionado sobre como ele via os ataques e a discriminação contra os povos de terreiro ele disse o seguinte:

Então, muito dos ataques que vem acontecendo hoje em dia, que já aconteceram muito e agora deu uma parada mais, ao meu ver também é culpa dos próprios adeptos, dos próprios integrantes do candomblé e da umbanda também. O grande culpado é isso aqui [disse ele levantando o celular]. O transmissor da internet. Por que tem certas coisas que para nós são sagradas. Existe uma palavrinha em iorubá que é awô, segredo e que não sai dali, fica ali. Awô [...] Você presenciou a saída do Kaio. Aquilo que aconteceu ali não pode tá em internet, não pode ser filmado, fotografado. Não pode ser passado adiante [...] Tem casas que esse ato é feito fechado. E as pessoas estão gravando, fotografando, botando na internet [...] Então é internet também é uma grande culpada, não a internet, mas as pessoas que usam a internet, os próprios adeptos do candomblé para denegrir a nossa imagem, a nossa religião. Tem tanta coisa absurda que você vê [...] (Diálogo realizado em: 29 jul. 2019).

Pai Domingos enfatiza uma prática que “dá munição ao inimigo”. Entretanto, essa prática descuidada que alimentou os ataques e o racismo religioso não pode servir, de forma alguma, como desculpa ou justificativa dos que atacam, como se as vítimas fossem as culpadas pela violência que vivem hoje em dia. Ao nosso ver, esse descuido relacionado à exposição das práticas dos terreiros só alimentou algo que já existia ou que já estava historicamente dado, ou seja, não o criou, apenas o estimulou. E Pai Domingos aprofunda ainda mais o seu ponto de vista:

Então, o grande preconceito do candomblé parte de dentro do próprio candomblé. As pessoas lá fora estão só absorvendo o que nós estamos jogando para elas, porque a partir do momento que eu boto o meu sagrado para fora, a partir do momento em que eu espalho o erro do outro irmão, que pra ele é certo, mas que para mim é errado, quando eu boto lá e espalho, os outros vão ver.

Internet você sabe, Facebook todo mundo vê, o evangélico, vê o muçulmano, vê o católico, então eles dizem: “É isso aí que a tua religião faz? Isso aí é que a tua religião prega, a tua religião é isso? Que vocês mesmos chamam de marmota”. Então, o grande preconceito no candomblé vem do candomblé.

Quando eu fiz santo há quinze anos atrás não existia tanto essas coisas não. Ninguém andava atacando ninguém, ninguém andava invadindo terreiro, isso aí aconteceu lá em 1900 e alguma coisa quando realmente era proibido, mas depois do advento da internet, que as pessoas começaram a pegar seus aparelhos celulares para tirar foto, filmar e para espalhar na internet para querer acabar com a imagem do seu irmão, independente do axé, independente da nação, o negócio ficou público, ficou esculhambado e as intolerâncias começaram a aparecer.

[...] Então eu acho que a gente de candomblé se preservasse mais a nossa religião estaria mais preservada ainda. A meu ver o grande problema é isso: somos nós mesmos. Por que é que eles iriam lá pra dentro de uma roça, de atacar um terreiro dizendo que tá acontecendo isso se eles não sabem o que é que tá acontecendo lá? Por que é que ele vai atrás da fulana tal e tal, tipo induzido por aquele lá que tem raiva e botou aquilo lá pro outro ver. Então, o grande preconceito vem de nós mesmos, do próprio Candomblé. A partir do momento em que o pessoal de candomblé tomar essa consciência, parar de ficar botando foto, vídeo das suas casas, esse negócio vai começar a acabar. Antigamente ninguém sabia nem o que era Candomblé (Diálogo realizado em: 29 jul. 2019, grifo nosso).

Ou seja, para ele a exposição da religião faz parte do problema, sobretudo aquela que visa debochar e caluniar as tradições e ritos de outros seguidores. Pai Domingos acredita que parte da motivação dos ataques está neles mesmos, que dão munição para os seus adversários históricos. Contudo, como a maior parte das pesquisas sobre o assunto confirma, essa compreensão não é consensual entre os afroreligiosos. Sendo assim, a fala do Pai Domingos representa um ponto dissonante entre os seguidores das religiões afro-brasileiras.

Dessa forma, o discurso de Pai Domingos saiu do padrão dos outros discursos e aqui é importante indicar duas coisas. Primeiro: ele achou importante tocar em questões conhecidas do povo de santo, como a rivalidade entre terreiros e lideranças e a exposição de festas e ritos, sendo que os outros interlocutores não fizeram isso. Segundo: o fato dos outros interlocutores não terem tocado no assunto deve indicar que a motivação dos ataques não se dá, ou não é alimentada necessariamente, por conta dessa rivalidade e exposição indiscriminada da religião. O problema dos ataques apontado pelos outros interlocutores é de ordem social, estrutural e histórica, já que traz no bojo o racismo. Portanto, acreditamos que a exposição indiscriminada da religião tenha papel ínfimo no estímulo aos ataques, sendo esses muito mais resultado do tratamento que é dispensado, social e historicamente falando, ao povo de santo.

Já numa conversa com outro interlocutor, Pai Leo de Oxum, ele falou sobre ter colocado um cartaz, com o artigo 5º da Constituição, no muro de frente do seu terreiro, o que nos fez lembrar de algo ouvido em uma palestra, em 2019, sobre as minorias sociais usarem a legislação para exigirem seus direitos. O referido artigo 5º da Constituição se encontra no capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, e diz no seu inciso VI que “[...] é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (BRASIL, 2018). Na entrevista Pai Leo contou sobre o motivo de ter colocado esse cartaz:

Um tempo eu mandei botar uma placa no meu muro com o artigo 5º da Constituição brasileira, que eu estava achando que as pessoas não sabiam de lei. Não sabiam de lei, a tal da ignorância. Então, eu coloquei, mandei fazer um cartaz e botei no muro do terreiro o artigo 5º da Constituição brasileira, o que é que a gente podia, qual era, em que implicava nas pessoas a intolerância, o preconceito, tempo de reclusão, para as pessoas passarem, ler e verem aquilo ali. Não ajudou muito, mas deu uma diminuída, porque as pessoas acabam vendo que não tem gente burra por ali. Por que as pessoas ainda acreditam que terreiro é lugar de gente analfabeta, burro, ignorante e pobre. Quando as pessoas veem que ali tem gente inteligente, tem gente que tem conhecimento de algo, então elas já retrocedem, voltam atrás. Então assim, deu uma melhorada, mas ainda não parou. Hoje em dia, graças a Deus, eu não sofro problema aqui onde eu moro, mas eu tenho três denúncias no Disque 100 (Diálogo realizado em: 31 jul. 2019).

De um ponto de vista prático, em certas circunstâncias fazer isso pode ser realmente algo aconselhável. Até porque, como Pai Leo comentou, isso de alguma forma constrange as pessoas, faz elas hesitarem em sua intolerância e racismo. Sobre ele ter denúncias no Disque 100, mesmo não as judicializando⁸, as mesmas sempre são importantes, mesmo que gerem apenas dados e os intolerantes saiam impunes. É importante que os dados estejam lá, para que essa violência cotidiana não passe despercebida, mais do que já é. Quando interrogado sobre quem comete esses ataques Pai Leo assim disse:

⁸ Exemplar nesse sentido é a análise que Neves (2020, p. 81) faz das políticas públicas executadas entre 2003 e 2016, que fortaleceram os direitos sociais dos povos de terreiro: “Esse fortalecimento ocorreu, uma vez que estimulou os terreiros a se apropriarem da cena política na condição de cidadãos e cidadãs conscientes do exercício de seus direitos, com participação política efetiva e exercício do controle social. Tais ações favoreceram o fortalecimento também no sentido de que os povos e comunidades tradicionais, à medida que obtinham conhecimento de seus direitos, passaram a reagir com mais contundência às agressões que lhe eram desferidas, o que ocasionou uma procura e provocação ao sistema de justiça brasileiro para tratamento dos conflitos”.

Nosso maior problema hoje em dia é com o nicho evangélico, porque eu acho que eles são mais, vamos dizer assim, mais intolerantes. Eu acho que o erro do evangélico já começa quando ele fala que só eles têm direito ao reino dos céus. Como que pode? Um ser tão supremo escolher pessoas, você, você, você vai e o resto que se exploda. Será que esse céu é tão pequeno assim que só cabe três, quatro escolhidos? E o resto vai pra onde? Vai queimar tudinho? Geralmente, em relação a católicos incomoda, mas é muito pouco e quando a pessoa é espírita, budista, a pessoa também não se incomoda, mas o evangélico ele se incomoda muito (Diálogo realizado em: 31 jul. 2019).

Vê-se que, de forma incontestável, o segmento evangélico, é o que mais agride as religiões afro-brasileiras. Conseqüentemente, isso demonstra que esse nicho religioso é o mais intolerante. Mas sabemos que há diversidade nesse nicho, por isso identificamos esses evangélicos intolerantes e racistas como fundamentalistas, pois eles têm uma retórica intolerante, combativa, muito aferrada ao monoteísmo, e autoritária, de forma que parecem querer influenciar e dominar o espaço público⁹. Percebe-se, como Pai Leo apontou, que a lógica do monoteísmo pode descambar em intolerância religiosa, afinal, os monoteísmos têm costume de lotear o céu e o inferno, de acordo com suas convicções etnocêntricas, mas sempre falando que Deus quer que seja assim.

Uma outra interlocutora, Mãe Valéria de Logun Edé, também concorda que os principais agressores são os evangélicos, ao dizer:

“Antigamente não tinha o menor problema. [...] O problema sempre foi com os crentes, que apedrejam, fazem tudo. Eles passavam por aqui dizendo “Queima”. Disseram um bocado de coisa aqui em frente, quando veem as farofas, as coisas na rua. No começo foi terrível, mas com a vizinhança mesmo nunca tive problema não” (Diálogo realizado em: 07 ago. 2019, grifo nosso).

⁹ Na verdade, o espaço público no Brasil, historicamente, é dominado pela tradição cristã, como aponta Miranda (2021b). O que vemos hoje em dia é uma projeção política dos evangélicos, num espaço onde essa hegemonia era católica em outros momentos históricos. Nesse sentido, a atuação dos afroreligiosos “[...] na construção de políticas públicas rompe com uma abordagem polarizada da laicidade, ao assumir que, no Brasil, o espaço público sempre foi religioso, mas exclusivamente dominado pela tradição cristã” (MIRANDA, 2021b, p. 13). Exemplar nesse sentido foi a reação de congressistas ao verem os corredores do Congresso Nacional serem tomados pelo povo de terreiro, durante uma manifestação em 2014, como narra Miranda (2021b, p. 5): “Jamais esquecerei as reações de espanto expressas nos olhares, etnocêntricos, dos que observavam os afroreligiosos paramentados com seus fios de conta e trajes rituais ricos em rendas, bordados e panos africanos, andando pelos corredores do Congresso. Teve quem fizesse o sinal da cruz e perguntasse por que “estavam ali naquele dia, afinal não era 20 de novembro”, teve quem virasse a cara e dissesse que “estava ‘amarrado’ em nome de Jesus”. Os olhares expressavam silenciosamente os estereótipos de que os afroreligiosos não pertenciam àquele espaço público, não se conformavam com os protocolos do lugar”.

E ela, junto com George, babalaxé do Ilê Axé Omo Tifé, ainda comenta o seguinte:

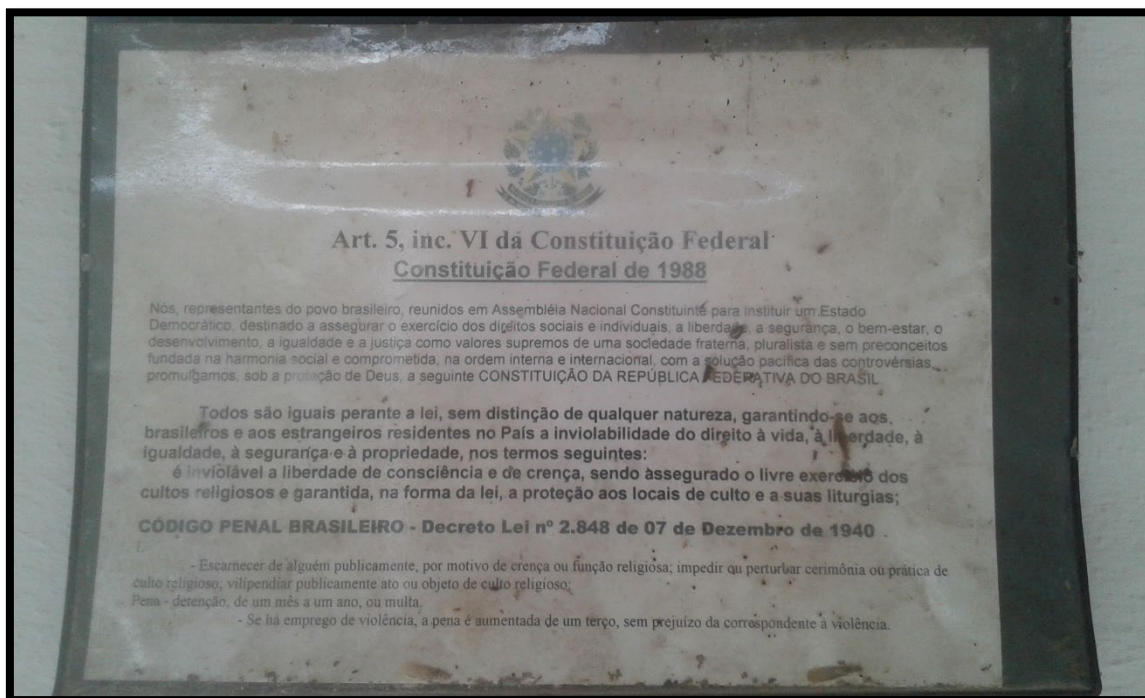
George: “Entre 2010 e 2011 a gente sofreu violências constantes, eram sistemáticas às vezes...”.

Mãe Valéria: “Chegou dia de ter seis viaturas aqui. Todos evangélicos, todos crentes. Traziam até a Bíblia. Só não aprontaram porque minha filha nessa época era presidente do sindicato da polícia...” (Diálogo realizado em: 07 ago. 2019).

De forma geral, a maioria dos interlocutores identificou, em vários momentos, uma relação direta entre os ataques e os evangélicos, fossem eles policiais, funcionários públicos, familiares ou vizinhos. Os crentes fundamentalistas estão sempre à espreita, prontos para atacar com sua intolerância e racismo religioso. Essa relação já foi ratificada e bem discutida por inúmeros trabalhos acadêmicos no campo das Ciências Sociais (ORO, 2015; MARIANO, 2015; GIUMBELLI, 2015; SILVA, 2015; RODRIGUES, 2021; MIRANDA, 2021b; DIAS, 2019). A intolerância evangélica segue seu caminho e a reação a ela também.

Um outro interlocutor, Pai Linconly de Ayrá, que é babalorixá e professor universitário, também fez algo semelhante ao que fez Pai Leo: colocou em uma moldura de plástico, na entrada de sua residência, um papel com o mesmo artigo 5º. Foi com surpresa que ao nos aproximar da porta vimos essa moldura com o artigo 5º, apresentada a seguir na Figura 1, o que fez lembrar instantaneamente do que Pai Leo tinha dito na entrevista.

Figura 1 – Fotografia do quadro presente na residência de Pai Linconly



Fonte: registro feito por um dos autores, com permissão do Pai Linconly.

Percebe-se que um dos refúgios das religiões afro-brasileiras, atualmente, frente ao racismo religioso é a legislação do país. Mas, como foi tratado por Silva Jr. (2015) outras leis de outros contextos político-sociais foram usadas também contra elas. Fica explícito que avançamos, enquanto sociedade, pelo menos no quesito legislação democrática, por mais que na realidade essa mesma legislação seja violada de diversas formas, e até mesmo ignorada.

Quando questionado sobre as denúncias que fez e sobre a reação aos ataques ao seu terreiro, Pai Leo assim comentou:

Todas as denúncias que eu fiz foi nesse período de 2016. Inclusive, a minha casa hoje é uma associação. Eu tive que fazer, instituir uma associação pra poder ter respaldo, pra eu poder lutar caso tivesse alguma situação muito necessária. As denúncias, na verdade, foram de pessoas que subiram no meu muro, já jogaram tijolo que pegou numa filha de santo minha, que estava grávida. Por sorte pegou só no pé dela. Mas meus filhos de santo tiveram que ir na porta de alguns dos vizinhos aqui, realmente, brigar: "Oh, a gente não quer briga. A gente quer ficar em paz, mas a gente não pode ficar em paz com vocês jogando pedra, jogando côco, quebrando os vidros dos carros...". Na verdade, a gente até sabe quem fazia essas coisas, mas aí o que foi que eu falei pro escrivão: "Olha, a gente não vai botar pra

frente porque acalmou-se”. Eu tô falando da minha, pode ser que outras casas... porque a gente vê direto notícia no meio do mundo, mas aqui, na minha casa, hoje em dia acalmou-se. Mas não sei até quando. A gente vive uma incógnita (Diálogo realizado em: 31 jul. 2019, grifos nossos).

A última frase do Pai Leo ressalta o aspecto da insegurança que permeia o cotidiano de afroreligiosos, pois sua integridade física e patrimonial é vista como um alvo a ser atingido a qualquer momento¹⁰. De qualquer forma, Pai Leo admite que é preciso se impor, mesmo sem judicialização das denúncias, como seus filhos de santo fizeram, exigindo respeito. Segundo ele, é preciso que os intolerantes e racistas saibam que podem ser penalizados por sua ação fundamentalista. Nesse sentido, um caso particular foi o de Pai Linconly:

Aqui em relação a intolerância eu sofri apenas um caso. Eu estava fazendo uma gira de Exu, ali na porta, e aí quando eu estava fazendo essa gira de Exu os meus filhos de santo disseram que uma vizinha nossa, quando o atabaque começou, o Exu começou, falou ‘Queima Satanás’. E hino vai, hino vem, louvor vai, louvor vem. [...] E eu fiquei sabendo disso, quando despertei. No outro dia, quando eu fui trabalhar e voltei a primeira coisa que eu fiz foi parar o carro na frente da casa dela e perguntar: “Oh, moça, vem aqui por favor. Tá com quantos dias que a senhora se mudou pra cá?”. Ela disse: “Por quê?”. Eu disse: “Porque eu moro aqui de frente. Sou dono dessa casa de Candomblé. E eu tava fazendo um ritual religioso ontem e queria saber porque que a senhora ficou gritando da sua casa pra minha ‘Queima Satanás’? Saiba que antes da senhora chegar aqui eu já tava aqui há muito tempo fazendo trabalho numa comunidade que a senhora não conhece. Aqui é uma casa de Candomblé, eu sou professor e se um dia a senhora precisar da minha ajuda a senhora pode bater na minha porta que eu vou lhe auxiliar em qualquer coisa. Tem cadeira pra senhora fazer seu culto aqui. Tem mesa para senhora servir qualquer coisa de alimentação que queira, mas mesmo assim, quando eu tiver fazendo um culto aqui, a senhora aprenda a me respeitar e a respeitar meu espaço. Que até dez horas eu tô aqui, troando na macumba”. Primeira e última vez. Nunca mais teve nada. Meus vizinhos aqui de frente são todos evangélicos. Falo com todo mundo. [...] Me respeitam desde quando eu cheguei. Tudo é ‘senhor Linconly’, ‘pai Linconly’, ‘tudo bom?’, ‘como é que tá?’ [...] Essa postura ela vem sendo construída, de respeito. Para com a minha pessoa e com os meus filhos de santo. [...] Agora intolerância eu já sofri muito, mas em outros espaços. Aqui não. Principalmente nas universidades. Na universidade anterior onde eu trabalhava eu era O Temido, por ser o macumbeiro (Diálogo realizado em: 15 ago. 2019, grifos nossos).

Pai Linconly demonstra como fazer o enfrentamento é importante no combate ao racismo/intolerância religiosa. E esse enfrentamento desconforta/desloca os

¹⁰ Isso pode reforçado a partir de Dias (2019) que cita inúmeros casos pelo país afora.

fundamentalistas que se acham no direito de exercer a sua intolerância diária. A exigência de respeito por parte dos afroreligiosos faz com que os fundamentalistas repensem suas atitudes, minimamente. Como ele mesmo enfatizou, o respeito que ele tem atualmente na comunidade onde vive foi fruto de um processo, de uma construção que se baseia no diálogo, na doação de comida, em serviços, mas também no enfrentamento aos ataques.

Mobilizações de afroreligiosos no Ceará: o caso do Coletivo IBILÉ

Retomo aqui as ações e mobilizações empreendidas pelo Coletivo Cultural de Matriz Africana IBILÉ. Esse Coletivo, assim como a UECUM (União Espírita Cearense de Umbanda)¹¹, são loci privilegiados para entendermos as mobilizações do povo de santo cearense. Em comunicação oral feita no ano de 2018, intitulada *Nos caminhos de Exu: as articulações de afroreligiosos cearenses na demanda por seus direitos*, analisamos essa questão. À época da apresentação oral o objetivo era analisar as mobilizações dos coletivos de seguidores das religiões afro-brasileiras, na reivindicação de seus direitos, na ocupação de determinados espaços e como eles se articulam com autoridades e intelectuais cearenses, na construção de demandas específicas (direitos diferenciados enquanto povos e comunidades tradicionais de matriz africana, para os que se afirmam assim).

Aqui faremos um esboço de uma análise maior sobre a questão. Nesse sentido, se destacam as ações do IBILÉ, que conta com uma larga discussão em torno da compreensão de que o povo de terreiro é um povo tradicional, sendo mais do que simplesmente religiões¹². Exemplos de mobilizações e ações do Coletivo IBILÉ que podemos dar, ou que o Coletivo participou, nas quais estivemos presentes, são: uma reunião com o governador do Estado do Ceará, Camilo Santana; uma audiência pública na ALECE, para falar sobre intolerância e racismo religioso; um curso sobre pedagogias de terreiro, para membros do Coletivo e simpatizantes; uma plenária sobre democracia e direitos humanos, que reuniu diversos movimentos sociais – tudo isso em 2018. Já em 2019 houve uma reunião com a secretária de educação do Ceará, à época, e uma formação, promovida pela SEDUC (Secretaria da Educação), intitulada *Escola, Território e Reafirmação de Direitos*. A descrição dos eventos e mobilizações citadas está em Rodrigues (2021a).

¹¹ Na esteira dos argumentos aqui apresentados a UECUM, que veio após a dissolução da Federação de Umbanda (PORDEUS JR., 2011), pode ser vista como uma mobilização dos terreiros cearenses, nos meados do século XX, em prol de sua liberdade de culto e de crença.

¹² Uma discussão nesse sentido foi feita em Rodrigues (2021b).

No caso do IBILÉ, a redefinição discutida em Rodrigues (2021b), de entender o povo de terreiro para além da questão religiosa e se identificando como povo tradicional, foi estimulada, sobretudo, por candomblecistas. Como indicado em nota de rodapé (RODRIGUES, 2021b, p. 66):

[...] durante a pesquisa de campo ficou implícito o fato de que umbandistas e juremeiros fora desse Coletivo não se afirmam, via de regra, como povos culturalmente diferenciados. Já os que fazem parte desse Coletivo costumam se afirmar assim, o que indica um certo consenso entre religiões de matrizes africanas que fazem parte desse Coletivo.

Essa redefinição, à luz do caráter cultural distinto dessas comunidades, relativiza o religioso, pois vai além dele por terem costumes, alimentação, vestimentas, idioma litúrgico e ritos específicos, que foram herdados dos seus ancestrais. Essa redefinição foi utilizada largamente nas mobilizações do IBILÉ.

Cabe aqui uma digressão para apontar algo a nível nacional, mas que teve reverberação no Ceará. Com os ataques às religiões de matrizes africanas, o povo de santo se uniu a partir de um senso de união e solidariedade. Como afirmam Capponi e Araújo (2015), as lideranças de terreiro começaram a reforçar a identidade tradicional de matriz africana como forma de reação à intolerância religiosa e ao racismo. Dessa forma,

[...] os conflitos entre religiões de matriz africana e igrejas pentecostais nas últimas décadas no Brasil, obrigaram os afroreligiosos a renegociarem as suas próprias definições tanto na esfera pública e política, como dentro das comunidades religiosas. Para alguns, essa renegociação estaria ligada à necessidade de se criar uma linguagem comum, capaz de mediar o diálogo com o Estado, tido como racista, sempre que essas populações precisarem pleitear políticas públicas específicas (CAPPONI; ARAÚJO, 2015, p. 3).

Conforme já indicado, isso também ocorreu no Ceará. Mesmo que geralmente a sociedade só os enxergue como religião, os povos de terreiro cearenses construíram estratégias de visibilidade e articulação. Entre outros espaços, construíram suas pautas dentro das Conferências Nacionais da Igualdade Racial e assim se organizaram politicamente. Se articularam com a Coordenadoria de Igualdade Racial do Ceará, que tem um bom diálogo com os PCTs (Povos e Comunidades Tradicionais). Também se fazem/fizeram presentes no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR) e no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, pelo segmento da

Igualdade Racial. Nesse segundo, um dos autores chegou a participar desse conselho por um curto período, enquanto suplente, sendo depois substituído por uma mulher de axé.

No contexto cearense, as políticas de ações afirmativas voltadas para os povos de terreiro são alvo constante do racismo e intolerância. Como disse um dos interlocutores da pesquisa, no Ceará há um preconceito velado, no olhar, no tratar, na reação de desconforto das pessoas, quando se trata do povo de axé. Além da reação de desconforto ser física e explícita, há uma reação de desconforto por parte de políticos e instituições que obstam os direitos a esses povos.

Nesse sentido, a afirmação da própria identidade, enquanto povo tradicional de matriz africana, é usada nas mobilizações dos afroreligiosos, contra a intolerância/racismo religioso que sofrem diariamente. Há um movimento de impor a própria presença em espaços que sempre lhes foram negados, há um movimento para fora dos muros do terreiro, há uma reação, há uma luta, uma ação constante que nos lembra o que Miranda (2021b) chamou de “política dos terreiros”. Tanto para influenciar nas políticas públicas para os povos de terreiro, quanto para ocupar assento em instituições oficiais ou em espaços de deliberação política, como os conselhos, o Coletivo IBILÉ vem agindo constantemente. Em suma, sempre que possível, o povo de santo aproveitou as oportunidades que foram se desenhando com governos e legislaturas democráticas, que foram sensíveis às suas demandas.

Do que foi possível colher de informação na pesquisa de campo, soube-se que no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-CE), já atuaram uma ebomi e um babalorixá, pessoas de alta graduação hierárquica no Candomblé. Em outros espaços como a SEDUC e o COEPIR também atuam pessoas de axé, sendo que o COEPIR já foi presidido por um ogã. Outros espaços poderiam ser citados, como as universidades e as escolas de educação básica, mas esses exemplos bastam para entendermos que o povo de terreiro está em constante movimento e reivindicação por seus direitos. Os povos de terreiro estão ocupando espaços de poder, de representação e de deliberação que são instrumentalizados para suas demandas. A diversidade de pessoas que compõem o Coletivo IBILÉ se une numa proposta de visibilidade e ação social para o povo de axé. Há muito a ser feito ainda para garantir os seus direitos diferenciados, mas os primeiros passos já foram e continuam sendo dados.

Como Miranda (2021b, p. 21-22) defende:

As formas crescentes de mobilização dos terreiros em torno de agendas políticas coletivas para a busca de seus direitos têm ampliado um léxico de diferentes categorias – intolerância, racismo e genocídio – como parte das estratégias de inserção com as práticas estatais, que ainda seguem negando o direito à identidade étnico-religiosa. As políticas dos “terreiros” que emergem no enfrentamento à histórica negação de direitos não são propriamente uma novidade, porque a história de resistência dos [afro]religiosos atravessa séculos, mas hoje elas se tornam mais explícitas. Foram construídas a partir de alianças entre os próprios religiosos (orientados por suas linhagens iniciáticas) para, em seguida, buscar parcerias com organizações públicas e/ou movimentos sociais. [...] constituindo-se num ativismo religioso específico, que não está preocupado com a inserção de suas crenças e valores religiosos na normatividade jurídica ou nas políticas públicas, mas em cobrar do Estado o seu direito de existir e denunciar que a motivação dos agressores está diretamente relacionada com seus preconceitos...

Dessa forma, é visível que as sistemáticas agressões contra o povo de terreiro também têm estimulado essa “política dos terreiros” anunciada por Miranda. Longe de se manterem passíveis às pedradas e imprecações, os afroreligiosos têm progressivamente se unido, inclusive relativizando temporariamente seus pontos de discordância interna, em nome de uma ação conjunta da qual depende seu sossego e existência. Ironicamente, quanto mais são agredidos mais se organizam politicamente, efeito pelo qual os intolerantes e racistas não esperavam.

É interessante apontar que os sites do governo do Ceará e da Defensoria Pública do Estado, produziram matérias que falam sobre como denunciar a intolerância/racismo religioso e de algumas reuniões com o povo de terreiro. No primeiro caso, temos uma matéria de 24 de janeiro de 2022, intitulada *Intolerância Religiosa: como denunciar*, elaborada pela Secretaria de Proteção Social (SPS). Ao título se segue a imagem de uma mesa, onde está posto um jogo de búzios e contas de Candomblé. O foco da matéria são as religiões afro e as informações focam na lei e na penalização dos intolerantes, além de dar dicas de como denunciar. Mesmo singela, essa ação sinaliza para mudanças consideráveis na forma do Estado lidar com essa forma de violência.

Já no site da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará vemos matérias, entre 2016 e 2021, que tratam do acompanhamento da Defensoria em atos, audiências públicas, reuniões e eventos focados nos povos de terreiro e vê-se que essa instituição judiciária cumpre o seu papel constitucional de defesa dos mais vulneráveis. As matérias falam basicamente sobre as demandas de direitos dos povos de terreiro e intolerância religiosa, estando essas demandas e os casos de intolerância relacionados às áreas de segurança pública e educação. Ressaltamos que esse acompanhamento da Defensoria

das demandas do povo de santo cearense é em grande parte estimulado pelo próprio povo de santo que sempre a aciona e a tensiona a se posicionar sobre as demandas desses povos. Esse diálogo gerou uma parceria constante entre o povo de santo e a Defensoria enquanto instituição. Outros exemplos poderiam ser dados, mas fica explícito que a “política dos terreiros” está em curso e ela alcança vários espaços e instituições. Dessa forma, mais do que apenas reagir aos ataques, o povo de santo está agindo, está se movimentando, se articulando.

Considerações finais

Certa vez Babá Cleudo contou um episódio que ocorreu num ônibus em que ele estava: uma mulher jogou, propositadamente, iogurte nele e falou algo como: “Em nome de Jesus”. Com aquela convicção que lhe é própria ele disse que coisas do tipo não tiram a certeza de que não se deve andar com medo, nem cabisbaixo. Dentro desse contexto, permeado de conflitos e de diálogo, como é o caso do Babá Cleudo, é preciso notar que cada interlocutor reage de uma forma única e personalizada aos ataques e racismo que sofrem, bem como empreendem estratégias variadas para se resguardarem.

Os ataques narrados pelos interlocutores naquela pesquisa feita no Ceará se revelaram como casos de racismo religioso que ocorreram, em sua grande maioria, em âmbitos privados como a residência, o terreiro, o local de trabalho, etc. O que mais chamou atenção durante toda a pesquisa foi perceber que cada interlocutor reage de uma forma diferente ao racismo religioso e à intolerância. Alguns “batem de frente” e discutem com a pessoa que o ofendeu, outros simplesmente preferem conversar com os preconceituosos sobre a questão, a fim de dissuadi-los de sua intolerância e racismo. Outros já conseguem criar uma rede de apoio e solidariedade em torno do terreiro. Outros denunciam os ataques, seja na delegacia ou nas redes sociais. Outros ainda, colocam placas nos muros, com trechos da Constituição, para informar aos transeuntes que ali existe um povo consciente de seus direitos.

As reações e mobilizações dos afrorreligiosos são uma realidade incontestável. Em resumo, uns levam desaforo para casa, outros não, mas para eles o importante é reagir e deslocar as peças desse jogo que é o campo religioso brasileiro. A ação e a reação nos conflitos entre o povo e santo e os fundamentalistas evangélicos não é de hoje e continuará enquanto o racismo e a intolerância perdurarem. Afinal, a política dos terreiros está em curso desde que o primeiro terreiro foi fundado.

Referências

ARAÚJO, P. C. **Entre ataques e atabaques**: intolerância religiosa e racismo nas escolas. São Paulo: Arché Editora, 2017.

CALUNDU, Revista. Discriminação, Intolerância e Racismo Religioso. v. 2, n. 1, jan./jun., 2018.

CAPONNI, G.; ARAÚJO, P. C. **“Eu me declaro”**: diálogo sobre transformações, auto-definições e reivindicações políticas nos cultos afro-brasileiros. 2015.

DEUS, L. O. de. **Por uma perspectiva afrorreligiosa**: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2020.

DIAS, J. F. “Chuta que é macumba”: o percurso histórico-legal da perseguição às religiões afro-brasileiras. **Sankofa** – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, ano XII, n. 22, maio, 2019.

FACEBOOK. VI REA [6ª Reunião Equatorial de Antropologia]. **Moção de Repúdio ao Racismo Religioso no Brasil**. Salvador, 29 dez. 2019. Disponível em:
<https://www.facebook.com/sextarea/posts/1018400691862053?comment_id=1018524248516364&no_tif_id=1577658694034088¬if_t=comment_mention>. Acesso em: 40/01/2020>. Acesso em: 27 dez. 2021.

GIUMBELLI, E. Um projeto de cristianismo hegemônico. In: SILVA, V. G. da. (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MIRANDA, A. P. M. de. As interfaces da intolerância e do racismo religioso como um problema público nacional. **Revista Intolerância Religiosa**, v. 2, n. 3, 2021a.

MIRANDA, A. P. M. de. A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristofacistas”. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, 2021b.

NASCIMENTO, W. F. do. Afrorreligiosidade na mira do racismo. **Correio Brasiliense/DF – Opinião**, 3 mar. 2014. [Colunas/Opiniões].

NASCIMENTO, W. F. do. **Intolerância ou racismo?** Hora Grande. Ano XXI, 167. ed. out. 2016

NEVES, C. S. das. O golpe de 2016 e o fundamentalismo religioso: ferramentas de continuidade e expansão do projeto de poder racista do Estado e da sociedade brasileiros. In: CRUZ, F. M. L.; LEWIS, L. (Org.). **2016**: o ano que não acabou. Recife: UFPE, 2020.

ORO, A. P. Intolerância religiosa iurdiana e reações afro no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

PORDEUS JR., I. **Umbanda**: Ceará em transe. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Expressão Gráfica e Editora, 2011.

RODRIGUES, O. da S. **Do Evangelho ao Candomblé**: a inserção de um antropólogo evangélico nas Religiões de Matrizes Africanas. Belo Horizonte: Dialética Editora, 2021a.

RODRIGUES, O. da S. O Candomblé sob a mira do racismo e do terrorismo religiosos: categorias e identidades reinventadas. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 5, n. 2, p. 51-72, maio/ago., 2021b.

SILVA, V. G. da. (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA JR., H. Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil. In: SILVA, V. G. da. (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.